



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

DISTRIBUIÇÃO E USO DE RECURSOS COMUNICACIONAIS POR COMUNITÁRIOS: O PORTAL DO ALVORADA COMO AÇÃO SOCIAL NO MUNDO GLOBALIZADO E INFORMATIZADO

Giuseppa SPENILLO

Professora Assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco,
UFRPE

Cesar CALONIO

Assessor técnico da Visão Mundial,
VISÃO MUNDIAL

RESUMO - *O trabalho apresenta uma preliminar de pesquisa, que procura estudar as estratégias de comunicação entre Governo Federal e camadas populares da população brasileira, tendo organizações não-governamentais como parceiras executivas. Consideramos a distribuição e o uso de recursos comunicacionais no Portais do Alvorada instalados em municípios paraibanos. Ainda, analisamos o processo de criação e instalação das rádios comunitárias Portal do Alvorada.*

Palavras-chave: .



1 - Introdução

É da capacidade de atender a uma pluralidade de interesses que um Governo se mantém hegemônicoⁱ. No cenário atual, globalizado e mundializado, percebemos que os interesses dos atores sociais muitas vezes se alteram da oposição para uma aproximação ou justaposição de interesses. É exatamente esta faceta que muitas vezes se mostra mais claramente nas parcerias que vêm se formando entre organizações governamentais e não governamentais, como as que se formaram para a operacionalização do Projeto Alvorada nos municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no país. Dentre estas parcerias selecionamos, para efeito de estudo, aquela selada entre o Governo Federal e a ONG Visão Mundial, para atuação no Estado da Paraíba.

Se tomarmos o pensamento de Gramsciⁱⁱ como referência, percebemos no conceito de *sociedade civil* o braço contestatório do sistema político estabelecido, isto é, a sociedade como interlocutora dos governos, no sentido de apontar, sem afrontar o pacto social, correções necessárias à continuidade da vida em sociedade, não somente no tocante às questões políticas ou econômicas, mas também no que se refere à cultura enquanto competência das camadas sociais para se colocarem no jogo político. Desta forma compreendemos que a estabilidade de um Governo se conquista a partir de ações que respondem aos anseios dos governados de diversas escalas sociais.

As organizações sociais têm ao longo da era industrial buscado progressivamente na comunicação formal uma base de sustentação e evidência no emaranhado de discursos produzidos pela sociedade massiva¹. O foco na participação aparece nos discursos institucionais de organizações governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, sindicatos, associações comunitárias, universidades, que recorrem a atividades de comunicação (informação) como um salvo-conduto para

¹ Entendemos por massiva aquela sociedade que, após a industrialização, precisa atender às demandas de um número sempre crescente de consumidores. “... lo masivo, entendido como la visibilidad de las masas o como la invasión por parte de las masas de la ciudad. Esta aparición actuó em dos sentidos: transformando los derechos de unos pocos em derechos de todos y planteando el derecho del mundo popular a la educación, a una vivienda digna, a la salud, etc.” MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dinámicas urbanas de la cultura. <http://www.filo.uba.ar/otros/naa/jmb.htm>

¹ Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



solucionar o dilema da participação em relação aos diversos públicos, internos ou externos.

Do ponto de vista da teoria, é numa postura marxista (crítica) que se vai postular um espaço da comunicação para a participação. Parte-se, pois, de um reconhecimento da necessidade de transformação e mudança do cenário social, numa tentativa de corrigir suas injustiças (compreensão ideológica do mundo). No entanto, o que tem sido esquecido é a qualidade dessa participação. Desde que cada instituição social investe num modo específico de participação, do ponto de vista do indivíduo esta participação pré-estabelecida em fóruns pré-determinados torna-se imposição em vez de exercício de cidadania. A grandeza do ser enquanto sujeito ativo perde-se nos interesses institucionais, que muitas vezes fazem da participação uma obrigatoriedade.

Da mesmo modo, em todos os paradigmas das ciências sociais a comunicação é vista como aplicações da teoria ou da sociedade em dinâmicas que permitem ou podem promover a participação na sociedade. De fato, cada corrente teórica reconhece ou privilegia um segmento distinto na estrutura social: participação = comunicação por etapas numa escala persuasiva (funcionalismo); participação = comunicação dialógica, conscientização e mudança (teoria crítica); participação = competência comunicativa, modos de vida; refuncionalização dos códigos hegemônicos (comunicação e cultura).

Em comum entre as teorias, em que pesem as diferenças e divergências na compreensão do homem em sociedade, percebemos a premissa de que este homem, a partir da modernidade, é um sujeito político e comunicativo, capaz de atuar em acordo com sua captação e interpretação pessoal e particular da vida. Para tanto, considera os elementos que recebe do meio em que vive, do grupo sociocultural em que está inserido, da sociedade [macro], que lhe traz aspirações, desejos, insatisfações, novidades. Do ponto de vista da comunicação para a participação isto significa que:

A) O *foco na participação* considera a capacidade ativa do sujeito, porém a faz fluir, por meio de técnicas e estruturas hierárquicas, atrelada a grupos formais (mais ou menos coesos, mais ou menos permanentes) e a interesses corporativos. Deste modo, a capacidade racional do ser humano para agir sobre o meio, alterando as condições da



existência, torna-se restrita e dirigida pelos grandes objetivos institucionais – que querem mostrar-se como reunião dos objetivos individuais (se não, ao menos necessários para o alcance destes).

B) O *foco na comunicação* considera a competência comunicativa do sujeito [o homem, a partir da modernidade, vê-se capaz de expressar opiniões, preferências, crenças, valores], porém quer instrumentalizar a ação comunicativa de modo a utilizá-la em acordo com os interesses sistêmicos/ institucionais. Assim, o indivíduo vai se expressar dentro de padrões determinados, em canais estabelecidos, usando técnicas previamente aceitas. A ação comunicativa do sujeito passa a ser reação esperada às condições de comunicação disponibilizadas pelo meio (instituições).

Neste trabalho objetivamos, a partir da compreensão desta nova configuração social:

- 1) perceber a distribuição (políticas de comunicação) e os usos de recursos comunicacionais nos Portais do Alvorada, no Estado da Paraíba;
- 2) analisar a criação das rádios comunitárias Portal do Alvorada frente às propostas de comunicação comunitária em rádio.

2 - Função instrumental da comunicação

No contexto em que trabalhamos, a comunicação que se dá entre os atores sociais ganha novas estratégias e novas facetas políticas, uma vez que do ponto de vista organizacional a comunicação tem uma função instrumental na manutenção – ou não – da lógica do sistema. Reconhecemos, então, a comunicação como um espaço público de elaboração e formação de opiniões na sociedade, em especial nessa sociedade tecnológica – em que as práticas de comunicação voltam-se para o indivíduo isolado, silencioso, despedado de amarras espaciais e visto como consumidor.

Além de fechar-se em si, preenchido de informações mas vazio de diálogo, o indivíduo da era tecnológica vai também se desvinculando culturalmente de seus grupos identitários, uma vez que não produz nem interpreta o mundo a partir de uma lógica



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

compartilhada. É o esfacelamento da cultura, desde um ponto de vista que a compreende como “produção de fenômenos que contribuem mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais para a compreensão, reprodução ou transformação do sistema social”ⁱⁱⁱ.

Nesta realidade marcada pela tecnologia, a comunicação social, fundamentada em uma cultura individualizada e imediatista, torna-se instrumento para a lógica sistêmica. Lógica que, como vimos apontando, mostra-se pragmática e mercadológica. Assim é que práticas de comunicação para a cidadania, promovidas historicamente por agentes combativos do sistema, os quais buscavam revelar a condição ativa e transformadora de comunidades e grupos minoritários (mulheres, negros, analfabetos, camponeses), têm hoje a participação e o patrocínio de governos locais – os antigos vilões das injustiças sociais, ao menos nos discursos.

“À margem do educativo institucional, setores organizados da sociedade civil começaram a utilizar o rádio, na década de 80, com propósitos cultural e político, dando novo sentido a esses processos. São experiências em que organizações populares e sindicais passaram a manejar e controlar meios tecnológicos para transmitir suas mensagens nas denominadas rádios livres ou rádios populares por alto-falantes.”^{iv}

A crescente demanda por ações sistemáticas de comunicação é fruto da constatação de que vivemos numa era da comunicação. “Na sociedade pós-industrial, a fábrica deixa de ser a representação metafórica central da sociedade; linguagens varrem a sociedade; a produção de objetos é substituída pela desmaterialização comunicativa que exorta ao consumo. Nunca a experiência social foi tanto *comunicação*.”^v

Nesta nova era a carga de poder e realizações sociais e individuais se desloca da esfera do trabalho para a esfera da comunicação, enquanto troca e existência social, apontando para novas possibilidades de atuação no campo da comunicação. Essas novas possibilidades de atuação podem ser marcadas por qualidade e competência

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



profissional. Podem, no entanto, ser apenas a repetição de técnicas e estratégias corriqueiras, pensadas com outros objetivos políticos e outras formas de execução. No Projeto Alvorada, nosso objeto de estudo, a estratégia comunicacional básica está em trabalhar as comunidades locais a partir do rádio^{vi}.

A proposta do Governo Federal é criar rádios comunitárias através da formação de associações locais nos municípios atendidos pelo Projeto. O fato de se chegar com o instrumento informativo pronto anula as possibilidades de uma verdadeira comunicação comunitária, aquela apta a revelar o potencial dos grupos em questão, a encontrar em suas práticas culturais a competência para lidar com o outro, o externo, a promover a autonomia e a cidadania dos sujeitos.

3 – O Projeto Alvorada

Preocupado com as desigualdades sociais existentes no país e pressionado interna e externamente para melhorar os indicadores sócio-econômicos, o Governo brasileiro vem trabalhando desde 2000 no que denominou Projeto Alvorada, em realidade seu Programa Social para o país. A estratégia operacional foi, desde o princípio, trabalhar com organizações com poder de capilaridade para atuar nas micro-regiões com os piores indicadores. Para isso foram escolhidas organizações não-governamentais parceiras do Governo em cada Estado contemplado com o Projeto.

O Projeto Alvorada prioriza as regiões Norte e Nordeste, pelo fato de existir nelas uma maior carência com relação a benefícios que noutras regiões já se encontram de alguma maneira equacionados. No que se refere ao Nordeste, dados de 1991 do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) já revelavam uma nítida diferenciação de desenvolvimento em relação às demais regiões do país. Esta região tinha a mais baixa média de Índice de Desenvolvimento Humano (0,548), enquanto que a média nacional alcançava 0,797. Tal quadro não mudou, pelo contrário vem se agravando ao longo dos anos. O Estado da Paraíba, por exemplo, tem isso agravado pelo fato de que suas características climáticas tornam-no o estado de pior índice de pluviosidade da Federação.

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

O Projeto Alvorada vem atuando no intuito de alavancar os indicadores sócio-econômicos nas 135 micro-regiões de pior Índice de Desenvolvimento Humano do país. Para se ter uma idéia da importância desse Projeto para o Governo brasileiro, no ano de 2001 foram gastos R\$ 3,6 bilhões, estando dotados R\$ 4,3 bilhões no orçamento da União de 2002. Segundo técnicos do Governo os objetivos do Projeto Alvorada estariam cumpridos a partir da entrada dos 16 Programas sociais (nas áreas de saúde, educação e renda), nos Portais do Alvorada que estão funcionando nos municípios^{vii}. Com a centralidade das ações na família (foco especial nas mães), os Programas ajudariam de diferentes formas a mudar aqueles indicadores de realidade.

O carro-chefe da estratégia de comunicação do Projeto Alvorada são as rádios comunitárias. Para a sua criação o Governo fomentou inicialmente a instalação de Associações locais de Amigos do Portal, entidades essas que seriam responsáveis em última instância pela gestão local das rádios, por colocar a sua programação no ar, assim como por zelar por seu patrimônio.

“A grande popularidade do veículo é atribuída ao caráter universal de sua linguagem – essencialmente coloquial, simples e direta – além da empatia que procura estabelecer com o ouvinte ao atender suas demandas por lazer, música, entretenimento, informação e companhia. A audição do rádio pode ser feita em qualquer lugar, sem dependência de tomadas ou fios e serve como fundo sonoro ao ouvinte ocupado com alguma outra atividade.”^{viii}

Até o momento, no Estado da Paraíba, foram criadas 18 Associações de Amigos do Portal, pelos técnicos governamentais e pela Visão Mundial. Todas as Associações entregaram a documentação exigida e têm seus processos de legalização em tramitação no Ministério das Comunicações. Não há qualquer rádio em funcionamento, nem previsão para tal. Uma vez funcionando, as rádios irão operar em frequência moderada. A programação será previamente montada pela SEAS, podendo ser adaptada à realidade

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



local, porém não podendo desviar-se da diretriz inicial de divulgar os Portais do Alvorada. A intenção da SEAS é que a diretoria das rádios incluam outros elementos na programação, buscando legitimar a condição *comunitária* desses veículos.

4 - Metodologia de trabalho

A metodologia de trabalho escolhida baseia-se numa combinação livre e plural de métodos e técnicas de coleta de dados, análise e interpretação: a revisão bibliográfica sobre temas de relevância para a pesquisa, a entrevista semi-estruturada, o questionário, as conversas informais e o registro etnográfico do ambiente. Nossa preocupação está em construir uma base metodológica que nos permita dar conta das múltiplas realidades formadoras do cenário em questão, de modo a que possamos ler criticamente estas realidades e, ao mesmo tempo, não nos deixarmos limitar pela rigidez que a cristalização de conceitos contém de ameaça à compreensão das dinâmicas sociais. A utilização das técnicas de pesquisa ocorreu em três etapas, a saber:

1ª: Estudo teórico sobre temas relacionados à comunicação comunitária.

2ª: Estudo teórico sobre estratégias de comunicação entre atores sociais envolvidos em parcerias.

3ª: Estudo empírico, a partir de investigação de campo, sobre:

a) práticas e políticas de comunicação realizadas por atores sociais em condição de parceria junto a contextos populares;

b) distribuição e uso, por comunitários, dos recursos comunicacionais do Portal do Alvorada.

A construção das categorias de análise dos dados esboçou-se desde antes da execução da pesquisa, conduzindo a sistematização da coleta dos dados, avançando analiticamente ainda durante a investigação. No entanto, é preciso estabelecer a pesquisa enquanto uma ação crítica sobre o real – e, ainda, sobre o que esperar da prática da comunicação diante das questões e desafios colocados pela globalização e pela era tecnológica.



No tocante à pesquisa de campo, desenvolvemos um estudo preliminar em quatro municípios no Estado da Paraíba, que relatamos a seguir. Para a investigação sobre as Rádios precisamos nos adequar a alguns dados concretos, que limitam ao mesmo tempo o início e o fim da pesquisa, quais sejam: as rádios comunitárias ainda não estão instaladas na Paraíba; o Projeto Alvorada faz parte de uma estratégia do atual Governo brasileiro, em seu último ano de mandato.

Este é o desafio metodológico que a era tecnológica apresenta à ciência da comunicação: decifrar seus enigmas construindo um conhecimento capaz de ir mais além do saber científico, lá nas esferas da realidade que se ressentem de um olhar crítico e desprendido, apto a dar contribuições aplicáveis a um mundo que se redesenha a partir de uma racionalidade presente já em todas as instâncias da vida.

“...é uma proposta teórica de crítica que segue em conjunto com a reflexão sobre a ação local, pontual, fragmentária, minoritária, não-teleológica, despojada das ilusões da modernidade. Isto é uma ação propriamente pós-moderna, o que não significa senão um reescalonamento, porque por um lado é crítica no seu sentido teórico, e, por outro, ação local no sentido prático. O reescalonamento é a proposta de crítica que inclui outra proposta, propriamente política, uma vez que a crítica se insere no contexto social da ação prática cotidiana.”^{ix}

5 – A Pesquisa Empírica

Nossa intenção nesta fase da pesquisa empírica foi desenvolver uma preliminar de investigação social, enquanto as rádios comunitárias não são de fato instaladas. Para tanto, elegemos, por amostragem aleatória, três Portais localizados em municípios vizinhos, no agreste do Estado da Paraíba, para realização das entrevistas; e, ainda, o único Portal (no município de Maturéia) onde há Internet instalada, para aplicação do questionário e realização das entrevistas.

¹ Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Realizamos a coleta de dados através de instrumentos quantitativos – questionário e entrevista – por conta do objeto pesquisado (equipamentos e uso dos mesmos) e pelas condições da pesquisa. Os resultados obtidos, no entanto, permitem mais uma leitura qualitativa das formas de distribuição e uso dos recursos comunicacionais por comunitários, do que uma interpretação estatística da existência destes recursos. O questionário de Maturéia foi enviado e recebido por correio eletrônico, propositalmente, buscando perceber habilidade da equipe em utilizar o recurso tecnológico. As entrevistas ocorreram na sede do Portal, com o coordenador e tendo a equipe presente. Em Sobrado e Riachão participaram integrantes da Associação de Amigos da Rádio.

Para construção dos instrumentos de coleta e sua posterior análise, trabalhamos as seguintes categorias, que apresentamos num quadro em anexo comentamos abaixo: PARTICIPAÇÃO, EXISTÊNCIA DE RECURSOS COMUNICACIONAIS, USO DOS RECURSOS COMUNICACIONAIS, TELEVISÃO E VIDEOCASSETE, BIBLIOTECA, COMPUTADOR E INTERNET, RÁDIO.

5.1 Categorias de Análise

5.1.1 Participação

Em todos os municípios onde se deu a pesquisa o modelo de participação percebido foi o representativo, ou seja, o Governo Federal e a organização não governamental parceira escolheram algumas pessoas para dar conta de operacionalizar os mecanismos de comunicação escolhidos. No caso das rádios comunitárias, por exemplo, alguns líderes comunitários e pessoas envolvidas na política local foram chamados para compor a Associação de Amigos do Portal do Alvorada. Devido à rapidez que o Governo Federal quis imprimir à implantação, o que ocorreu foram mecanismos não participativos, nos quais a população simplesmente compunha os cargos necessários para a criação da Associação, sendo levados na maioria das vezes por uma demanda que nem sempre era prioritária para o município. Depois de compostas as Associações e de criadas as expectativas, os comunitários encontram-se há quase um ano esperando pela implantação das rádios, tentando respostas junto à

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Secretaria de Estado de Assistência Social, em Brasília. No que se refere à participação e uso dos recursos comunicacionais disponíveis no Portal, novamente percebemos a representação da população pelos integrantes das equipes, assumindo papel privilegiado no acesso e, logo, na integração social. Quando não completamente restrita à equipe, a participação se desloca até os líderes comunitários (também representantes). A forma mais direta de participação se apresenta no uso da televisão (equipamento mais popular dentre os disponíveis nos Portais), que em alguns casos é deslocada da sede para escolas, praças ou postos de saúde, sob a responsabilidade de um profissional – professor, médico, secretário municipal.

5.1.2 Existência de Recursos

Praticamente todos os recursos planejados para o uso nos Portais chegaram aos seus destinos: computador, impressora, aparelhos de televisão e de videocassete, estantes, aparelho telefônico. No entanto, o que se vê é a falta de manutenção dificultar o funcionamento dos processos comunicacionais previstos para os Portais. Problemas às vezes de fácil resolução (como, por exemplo, a conexão TV/vídeo através do cabo conector, em Sobrado) demoram semanas e/ou meses para serem resolvidos, ora por falta de técnicos competentes na região, ora pela ausência de recursos financeiros. Outros problemas, tal como a falta de linhas telefônicas, demonstram que o planejamento das atividades dos Portais não levou em conta a realidade da maioria dos municípios a serem contemplados, nos quais é muito difícil se conseguir linhas telefônicas. Fora isso, em um dos casos pesquisados, a Prefeitura Municipal não pode cumprir sua contraparte fornecendo a linha, pois alega que o gasto não seria justificado perante o Tribunal de Contas. Desta maneira, o acesso à Internet não passa, na grande maioria dos Portais, de um sonho não concretizado. Noutras vezes, conforme depoimentos colhidos, nem sonho era, não passando assim de uma demanda que lhes foi imposta externamente.



5.1.3 Uso dos Recursos

Com raríssimas exceções, os recursos comunicacionais à disposição dos Portais do Alvorada são subutilizados. As equipes carecem quase sempre de orientações quanto à sua utilização. Como a maioria dos componentes das equipes não dispõe de experiência anterior em trabalhos comunitários, resulta que a utilização dos equipamentos repassados é mínima, tendo em vista as inúmeras possibilidades existentes. Não houve a preocupação, entre técnicos da OG e da ONG, em viabilizar e garantir a capacitação das equipes do Portal para o uso dos recursos comunicacionais. Logo, os integrantes fazem o que sabem e conseguem por interesse próprio, desperdiçando uma oportunidade talvez única para eles num mundo onde os recursos vêm sendo cada vez mais disputados. Tivemos acesso, por exemplo, a um jornal que divulgava as atividades do Portal de Riachão do Poço, produzido pela equipe local, que utilizou apenas o computador e a impressora – sendo as fotocópias, em torno de mil exemplares, pagas pela Prefeitura. São atitudes que revelam competências e possibilidades de crescimento das camadas populares, mas numa época de instrumentalização e racionalização tecnológica das diversas instâncias da vida, não se pode deixar que grupos já excluídos das benesses do sistema conquistem por autodidatismo e amadorismo uma condição cidadã no espaço social.

5.1.4 Televisão e Videocassete

A utilização destes recursos se dá de três formas: 1) as equipes seguem a orientação do Governo Federal e exibem as fitas recebidas de Brasília, nas quais constam explicações sobre os Programas sociais do Governo ou orientações básicas sobre educação sexual, prevenção de doenças, higiene básica e outros aspectos considerados relevantes pela SEAS; 2) tem mais a ver com um uso comunitário dos recursos: os equipamentos são levados para as comunidades ou para os Postos de Saúde para auxiliar no desenvolvimento de atividades com a população nas áreas de saúde, recreação e educação. Supre-se, dessa maneira, a ausência de recursos deste tipo nos municípios; 3) não tem a ver com o objetivo dos Portais e em realidade dispersa as equipes: com os

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



equipamentos à sua disposição, alguns assistentes e agentes jovens se aproveitam do tempo livre para assistir programas televisivos ou para exhibir fitas com filmes ou de conteúdo religioso.

“O protagonismo crescente da televisão na vida cotidiana das sociedades contemporâneas e a concomitante interação diferenciada que com ela desenvolvem os telespectadores apresentam uma série de desafios cognoscitivos e pedagógicos, tanto para os próprios telespectadores quanto para os investigadores e comunicadores preocupados em explorar, entender e, se for o caso, intervir nos processos de ver televisão.

Um destes desafios é, justamente, o tipo de conhecimento que se requer para interagir com a TV de maneira produtiva: uma maneira que possibilite aos telespectadores um encontro múltiplo, cada vez mais livre, autônomo, expressivo e, eventualmente, mais crítico.”^x

5.1.5 Biblioteca

É provavelmente o recurso menos utilizado. Além dos poucos volumes disponíveis, as equipes e a população local não têm o hábito da leitura, apresentam dificuldades de entendimento de questões mais técnicas ou não expostas muito didaticamente ou estão inseridas nas estatísticas relativas ao analfabetismo. Vem daí a conclusão que não basta o acervo estar à disposição da população na sede dos Portais. Seriam necessários Programas de Incentivo à Leitura que levassem os estudantes a utilizarem o material (mesmo que escasso) à disposição.

“As sociedades centralizaram sempre o saber, porque o saber foi sempre fonte de poder, desde os sacerdotes egípcios aos monges medievais ou, atualmente, aos assessores dos políticos. Dos mosteiros medievais às escolas de hoje, o saber conservou esse duplo caráter de ser, ao mesmo tempo, centralizado e personificado em figuras sociais determinadas.”^{xi}

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



5.1.6 Computador/Internet

As equipes são orientadas a não permitir a utilização dos computadores pela população. Daí que, na maioria das vezes o computador é usado por alguns componentes das equipes que possuem noções práticas dos Programas mais difundidos, tais como Word e Excel, e fazem relatórios para dar conta das demandas apresentadas pela SEAS e pela ONG parceira. Nos Portais que propiciam acesso à população o uso se dá na maioria das vezes por estudantes que desejam caprichar nos trabalhos escolares; pessoas que possuem noções de computação e querem não esquecer o que aprenderam; funcionários das Secretarias Municipais que por um motivo ou por outro estão sem acesso a esse equipamento nas respectivas Secretarias.

Na maioria das vezes o computador serve como uma máquina de escrever de luxo e seu uso atende somente às exigências burocráticas dos governos. O uso crítico e criativo encontra-se comprometido por conta das amarras na hierarquia social, que ensinam aos menos favorecidos a obedecer e esperar por ordens que, invariavelmente, são entendidas como benefícios concedidos. Percebe-se, então, que as tecnologias, mesmo quando *distribuídas* em meios populares, servem para manter a estrutura social inalterada, no sentido de que aparece nestes meios como algo superior, que se deve valorizar e resguardar de possíveis estragos; é, também, sinônimo de *status* dentro o grupo e assim se procura preservar, como mito acessível a poucos escolhidos. Além disso, não é conquista do grupo por sua mobilização e trabalho, mas algo levado por alguém de fora (rico, estudado, bom) e que sabe o que é melhor para o grupo – e que, logo, deve ser obedecido.

Nos três municípios investigados (e nos demais 47 Portais da Paraíba) a Internet não foi implantada porque não há linha telefônica disponível na sede. Em Maturéia, único Portal usuário de Internet, a conexão é feita em ligação interurbana, o que restringe o uso da rede. Consultada, a equipe revelou não ter intimidade com o meio, não ter lastro financeiro para a conta telefônica e não priorizar esta forma de



comunicação. Nas três entrevistas percebemos uma despreocupação quanto ao não acesso à Internet, contrastando com a tristeza pela inexistência da linha telefônica.

“Há uma grande diferença entre as pessoas que podem ser conectadas com a Internet, beneficiando-se de uma grande quantidade de informações, de experimentação, de conhecimentos ou experiências estéticas e a imensa maioria excluída, desligada desse mundo de bens e experiências. Mas, não podemos permitir que nos baste a constatação e o lamento. Precisamos compreender como essa mesma sociedade dividida está sendo transformada pela centralidade das tecnologias e dos sistemas de comunicação.”^{xii}

Não se cumpre assim outro dos objetivos do Projeto Alvorada, que é combater a exclusão digital. Da forma como as coisas acontecem nesses municípios o desenho social tende a se perpetuar com a entrada em cena dos recursos tecnológicos. Na verdade, anterior à alfabetização digital faz-se necessária a alfabetização básica e, para grande maioria da população, condições de continuação da educação formal. E, ainda, uma alfabetização política que lhe assegure uma participação cidadã nas determinações sócio-políticas.

5.1.7 Rádio

As Rádios Comunitárias Portal do Alvorada são um item à parte na compreensão dos recursos comunicacionais disponíveis aos Portais do Alvorada. O estudo limita-se pelo fato de as Rádios não terem chegado junto com os demais recursos e não estarem funcionando. A possibilidade de sua existência, no entanto, tem despertado um interesse desconhecido anteriormente nos municípios pesquisados. Em nenhum deles houve alguma experiência de radiodifusão comunitária, bem como não há rádios comerciais

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

instaladas em seu território. Recebem a transmissão de outros municípios, considerados localmente como mais adiantados, mais ricos.

As Associações se formaram num ritmo apressado imposto pelos técnicos responsáveis pela implantação. Não se articularam em torno da questão fundamental que rege a radiodifusão comunitária – a democratização e descentralização das comunicações - mas no afã de não perder uma oportunidade dada ao município. Como o objeto foi a rádio poderia ter sido merenda escolar, direitos da criança e do adolescente, seguro-desemprego. Não compõem as Associações pessoas com histórico ou interesse prioritário em comunicação comunitária, mas aquelas reconhecidas como de confiança do poder local ou líderes comunitários próximos das instâncias municipais.

“A [rádio] comunitária existe para promover a cultura, educação, o desenvolvimento sócio-econômico e político da comunidade; embora possa captar recursos e pagar seus funcionários, ela não é empresa, não tem fins lucrativos.”^{xiii}

Na prática temos percebido não um desvio para a comercialização mas sim para a partidarização ou personificação da rádio comunitária em torno de uma figura local (político, religioso, líder) – o que inegavelmente retira o papel comunitário e democrático do rádio. Também neste sentido ocorre a concessão dos canais.

“No Brasil, desde o surgimento do rádio nos anos 20 do século passado, as outorgas de emissoras de comunicação de massa ficaram centralizadas nas mãos do Executivo, que, via de regra, utilizou-se desse poder para troca de favores. Com a Constituição de 1988, tivemos um progresso, pois o Congresso Nacional passou a ser ouvido nos processos de concessão – e, para o cumprimento dessa função, previu-se a criação de um Conselho de Comunicação Social.”^{xiv}

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

A autorização para funcionamento das Rádios Comunitárias Portal do Alvorada, em que pese o interesse governamental, está à espera de concessão, juntamente com outras tantas rádios (umas de fato comunitárias, outras nem tanto) em nível nacional.

“A própria lei diz que ‘nenhuma autorização será negada, salvo por motivo relevante’. Portanto, o Ministério das Comunicações tem o dever de conceder, ou fundamentar porque nega. (...) Hoje, tramitam no Congresso Nacional, mais de 500 processos de autorização de rádios comunitárias. No máximo 1% deste total foi aprovado.”^{xv}

6 – Ainda algumas considerações

Conforme explicitamos, o presente trabalho constitui-se numa investigação preliminar sobre a distribuição e os usos de recursos comunicacionais em espaços comunitários, tomando por base os Portais do Alvorada. A intenção é estudar as Rádios Comunitárias Portal do Alvorada, enquanto instrumento de comunicação entre governo, sociedade civil e população. No entanto, as Rádios estão em processo de implantação/aprovação pelo Congresso Nacional, o que não nos permitiu avançar com a pesquisa. Desta forma, o estudo realizado em quatro Portais no Estado da Paraíba serve como suporte para compreensão das políticas públicas de comunicação social elaboradas e executadas atualmente e sobre as demandas (necessidades), usos, rejeições e aspirações de grupos populares quanto aos recursos comunicacionais disponíveis.

No que se refere à comunicação comunitária, percebemos uma distorção de sua natureza quando deixa de partir da organização do grupo, de suas prioridades e competências para chegar pronta de fora como instrumento de divulgação que tem *foco* e não **origem** nos comunitários.

No que se refere à participação, percebemos que a subserviência incrustada em nossa população desde a colonização persiste mesmo em grupos aparentemente

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

autônomos. As manifestações singulares, que fogem à pasteurização, revelando criatividade e criticidade são exceções. A representatividade, oportuna em nível macro para se viabilizar uma ação comunicativa nas esferas públicas, reproduz-se em níveis micros, locais. Nesses espaços há possibilidade de efetiva participação dos indivíduos, voltados para seus interesses e os dos grupos a que fazem parte, numa verdadeira construção plural da opinião pública, entendida como mediadora entre as necessidades sociais e o Estado, num exercício de racionalização e crítica do próprio mundo vivido, em que as diversidades e pluralidades (étnicas, religiosas, partidárias, sexuais, territoriais, dentre tantas) estariam consideradas e respeitadas. É esta capacidade que temos perdido progressivamente na história moderna e, mais agudamente, na era tecnológica.

7 - Referências Bibliográficas

- BIANCO, Nélia del. “Rádio a serviço da comunidade”. *Comunicação & Educação*. São Paulo : CCA-ECA- USP/Moderna, n. [18] : 22 a 35, maio/ago. 2000.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 1995.
- COLETIVO NTC. *Pensar Pulsar – cultura comunicacional, tecnologias, velocidade*. São Paulo : Edições NTC, 1996.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro : Graal, 1980.
- JACKS, Nilda, RONSINI, Veneza. “Mediações na recepção: estudo comparativo entre receptor urbano e rural”. BRAGA, J., PORTO, S., FAUSTO NETO, A. *A encenação dos sentidos – mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro : Diadorim, 1995.
- KAPLÚN, Mário. “Processos educativos e canais de comunicação”. *Comunicação & Educação*. São Paulo : CCA-ECA- USP/Moderna, N.14, jan./abr. 1999.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

LOPES, M.^a Immacolata de. “Sobre um novo projeto pedagógico no campo da comunicação”. BACCEGA, M.^a Aparecida (org.). *Comunicação e cultura: um novo profissional*. São Paulo : CCA/ECA/USP, 1993.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Quem manipula quem?*. 2. Ed. São Paulo : Vozes, 1987.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Desafios culturais da comunicação à educação”. *Revista Comunicação & Educação*. São Paulo : Editora Segmento/ ECA-USP, N. 18, maio/ago. 2000.

NEIVA Jr., Eduardo. *Comunicação – teoria e prática social*. São Paulo : Brasiliense, 1991.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. “Teleaudiência: premissas para uma pedagogia”. *Revista Comunicação & Educação*. São Paulo : Editora Segmento/ ECA-USP, N. 18, maio/ago. 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo : Brasiliense, 1994.

SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo : Unesp/ Brasiliense, 1995.

TENÓRIO, Fernando (org.). *Gestão de ONGs – principais funções gerenciais*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ⁱ Hegemonia: “...capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o consenso existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.” GRUPPI, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro : Graal, 1980, p. 70.

ⁱⁱ Antonio Gramsci – pensador e ativista italiano que trouxe para os estudos marxistas a compreensão do sujeito como elemento ativo no processo social a partir da figura do intelectual orgânico.

ⁱⁱⁱ CANCLINI, N.G. (1983:29) Apud: JACKS, Nilda, RONSINI, Veneza. “Mediações na recepção: estudo comparativo entre receptor urbano e rural”. BRAGA, J., PORTO, S., FAUSTO NETO, A. *A encenação dos sentidos – mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro : Diadorim, 1995, p. 226.

^{iv} BIANCO, Nélia del. “Rádio a serviço da comunidade”. *Comunicação & Educação*. São Paulo : CCA-ECA- USP/Moderna, n. [18] : 22 a 35, maio/ago. 2000, p. 23-24.

^v NEIVA Jr., Eduardo. *Comunicação – teoria e prática social*. São Paulo : Brasiliense, 1991, p. 17 (grifo do autor).

^{vi} “O rádio é, hoje, parte integrante do cotidiano da grande maioria da população brasileira. Estima-se que, em média, 90% da população de baixa renda, homens e mulheres de todas as idades, ouvem a programação radiofônica por cerca de três horas diárias, segundo dados da Marplan (1992).”^{vi}

1 Trabalho apresentado no NP12 – Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

vii Até maio de 2001 tinham sido instalados 34 Portais em igual número de municípios do Estado da Paraíba.

viii BIANCO. Op. Cit., p. 22.

ix COLETIVO NTC. *Atrator estranho*. N. 31 – “Crítica como método”, p. 12.

x OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. “Teleaudiência: premissas para uma pedagogia”. *Revista Comunicação & Educação*. São Paulo, N. 18, p. 62.

xi MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Desafios culturais da comunicação à educação”. *Revista Comunicação & Educação*. São Paulo, N. 18, p. 54.

xii Id. Ibid.

xiii BERNARDI, Iara. Rádios comunitárias – resistir é preciso. Cartilha Informativa. Brasília, novembro 2001, p. 5.

xiv Id. Ibid., p. 10.

xv Id. Ibid., p. 12.